

O SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA BRASILEIRA (1972) E O REGIME MILITAR

Adjovanes Thadeu Silva de Almeida¹ - PPG-UERJ

A presente comunicação propõe um estudo inicial sobre o 150º aniversário da independência nacional para buscar compreender até que ponto tal comemoração serviu como tentativa de legitimação simbólica do regime autoritário então vigente. Portanto, nosso recorte cronológico contempla o ano de 1972 (época em que ocorreram as festividades), particularmente entre 21 de abril e 7 de setembro. Tal ano se justifica por ser o período preparatório das festividades envolvendo o Sesquicentenário e que englobou, entre outras, as seguintes atividades: a entrega, pelo Estado português, dos despojos de D. Pedro I; a confecção de longa-metragem acerca do processo de independência; a realização de torneio internacional de futebol; a reedição de obras concernentes à emancipação política; e, por fim, a inauguração do Monumento do Ipiranga, onde repousariam os restos mortais do primeiro imperador.

O regime estabelecido pelo golpe de abril de 64 procurou modificar o arcabouço político do país, através da edição de sucessivos Atos Institucionais, diminuindo-se o espaço de atuação dos opositores. Ao mesmo tempo, objetivando refletir a mudança na organização institucional da república brasileira, o regime militar estabeleceu novas Constituições, a primeira em 1967 e a segunda, muito mais inflexível no trato com a oposição interna, em 1969. Tais cartas magnas ampliaram consideravelmente as prerrogativas do ocupante da Presidência da República. Após a proclamação do AI-5, em fins de 1968, o regime militar procurou diminuir, ainda mais, o espaço para a elaboração e divulgação das críticas aos atos governamentais.

E como existia, em termos concretos, a sociedade brasileira em 1972? Antes de mais nada, vivia-se sob o período mais sangrento do regime militar, durante a presidência do general Emilio Garrastazu Médici (1969/74), momento em que a repressão aos adversários políticos atingiu os mais elevados níveis onde o Estado observava, em cada indivíduo, um hipotético adversário².

Nesse contexto, a liberdade de expressão tornara-se letra morta, não se ousando, como norma geral, questionar as medidas adotadas pelos ocupantes do aparelho estatal. O Estado de Direito simplesmente inexistia durante a vigência do Ato Institucional nº 5 (AI-5): “*Segundo pesquisa feita pela equipe que escreveu Brasil: nunca mais, 84% das prisões efetuadas (ou 6256 casos) não foram comunicadas ao juiz, conforme mandava a lei, e 12% comunicadas fora dos prazos legais*”³. A lei tornava-se, muitas vezes, objeto de ficção, visto que não existiam garantias quanto a integridade de um suspeito, ou mesmo que o indivíduo soubesse o motivo de sua prisão⁴. No que diz respeito às garantias individuais, o período em tela adquiriria o epíteto de “anos de chumbo”.

Como contraponto a esse contexto, havia a resistência armada: diversas organizações clandestinas realizavam atos de guerrilha (urbana ou rural), com o objetivo de fazer a Revolução e, deste modo, derrubar o regime militar e, por extensão, o sistema capitalista no Brasil. A existência dessas organizações legitimava, aos olhos do governo Médici (ele próprio ex-chefe do Serviço Nacional de Informações – SNI), a realidade da repressão sem escalas, e que procurava destruir os opositores⁵.

Ao mesmo tempo, a população brasileira vivia, em 1972, imersa no clima de euforia produzido pelo “Milagre Econômico”. Com efeito, a junção de fatores como a intervenção estatal, a existência de consórcios, a expansão do sistema de crédito e a ampliação dos prazos de financiamento, possibilitaram elevado crescimento econômico, permitindo especialmente às camadas médias o consumo de produtos duráveis (basicamente eletrodomésticos e automóveis); além disso, o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) facultava, a esta camada, a aquisição da tão sonhada casa própria. Todavia, os resultados do “Milagre” não foram equânimes: se não pairam dúvidas sobre a elevação do padrão de vida da classe média, o mesmo não se pode afirmar com relação aos grupos populares, visto que o “Milagre Econômico” favoreceu a concentração da riqueza⁶.

O novo regime também se empenhou em buscar legitimação através da produção e divulgação de inúmeros livros didáticos, além de peças publicitárias de cunho oficial, difundindo, deste modo, as opiniões e os valores do Alto Comando das Forças Armadas.

Estas obras deveriam ser utilizadas nas disciplinas englobadas sob o título genérico de Estudos Sociais, em todos os graus de ensino⁷.

Por outro lado, a publicidade governamental objetivava atingir todas as parcelas da sociedade, principalmente aqueles indivíduos que se encontravam alijados do ambiente escolar. Deste modo, o governo militar empenhava-se em divulgar uma imagem extremamente simpática de si mesma. Entretanto, ao contrário dos regimes em que os direitos civis eram respeitados, os militares brasileiros utilizaram-se da censura prévia de maneira a impossibilitar a crítica, asfixiando os insatisfeitos com semelhante estado de coisas. Assim, jornais e órgãos da imprensa viam-se impelidos a não publicar notícias e/ou opiniões – o que incluía fotos e textos – negativas a respeito dos sucessivos governos militares. Diversos jornais, rádios e revistas sofreram pressões de tal ordem que se viram obrigadas a encerrar suas atividades; ao contrário, as Organizações Roberto Marinho receberam substanciais favores por parte dos que então governavam a República do Brasil, veiculando, no cotidiano, mensagens subliminares de apoio à manutenção daquela ordem.

Parece-nos ter ocorrido, a partir do endurecimento do regime, um afastamento entre o governo militar e as lideranças da sociedade, pois os militares alijaram politicamente os interlocutores civis que haviam apoiado a ditadura até então. Sob a perspectiva do regime militar existiria a necessidade de romper com o isolamento político, e um dos recursos possíveis consistia na utilização de símbolos. Assim o ano de 1972 pode ser considerado emblemático, sob nossa perspectiva, no intuito de confirmar tal afirmação. Senão, vejamos.

A transladação dos restos mortais de D. Pedro I assinalou o início das comemorações, ao mesmo tempo em que indicava a proximidade das administrações de Brasil e Portugal; não por acaso, os dois países viviam sob regime autoritário, ademais, seus Presidentes originavam-se da alta cúpula militar: o general Emilio Garrastazu Médici (Brasil) e o almirante Américo Tomás (Portugal). A 11 de abril, o esquife com os despojos de D. Pedro I deixaria Lisboa, a bordo do navio Funchal, seguindo para o Brasil, onde aportou na cidade do Rio de Janeiro em 22 de abril; autoridades portuguesas (entre as quais o chefe de governo, Marcelo Caetano) prestigiaram a cerimônia da “volta do Emancipador”⁸; além

da urna mortuária, a embarcação trouxe o Presidente português e diversos ministros de Estado ao Brasil.

Enfatizou-se, nas reportagens de época que serviram de fonte de pesquisa para esse projeto, a forte presença militar nestas cerimônias: assim, D. Pedro era “um homem, um rei, um imperador, um soldado”⁹; de fato, não pairavam dúvidas, quer sobre o gênero, quer sobre os títulos nobiliárquicos (D. Pedro IV, rei de Portugal; D. Pedro I, imperador do Brasil); entretanto, o indivíduo em tela não cursou qualquer academia militar e, se comandava destacamentos, o fazia de modo análogo ao de um Chefe de Governo contemporâneo. A associação da imagem de D. Pedro aos militares parece-nos uma adaptação promovida pelo regime vigente.

As notícias sobre o traslado priorizavam, exaustivamente, o elemento militar: “*A urna vem acompanhada por uma Escola do Batalhão Pedro I, do nosso Corpo de Fuzileiros Navais*”¹⁰; ou, ainda, “*os despojos de D. Pedro foram levados, então, em carro blindado do Exército, até o Monumento dos Pracinhas*”¹¹. As Forças Armadas apareciam como um dos protagonistas do evento: “*No ano do Sesquicentenário da Independência, as nossas Forças Armadas são três... Mas no próprio momento da emancipação política do Brasil, já se afirmava a nossa tradição militar, nas lutas pela consolidação do brado heróico de Dom Pedro I*”¹². Desta maneira, os militares respaldavam sua “tutela” sobre a sociedade, usando a história como argumento; ademais, o texto omite a participação de soldados estrangeiros (mercenários), que formavam parcela relevante das “nossas Forças Armadas” nos acontecimentos de 1822.

Simultaneamente, ao longo das 20 semanas de festividades oficiais, o esquife do “Emancipador” visitou a totalidade dos Estados e Territórios, além do Distrito Federal: Rio de Janeiro, Porto Alegre e Florianópolis (todos entre 22/04 e 30/04), Curitiba (01/05), Niterói (04/05), Vitória (06/05), Aracaju (08/05), Maceió (10/5), Recife (11/5), Fernando de Noronha (17/5), Salvador (18/5), João Pessoa (05/7), Natal (07/7), Fortaleza (09/7), Teresina (11/7), São Luiz (13/07), Belém (15/7), Macapá (19/7), Boa Vista (22/7), Manaus (23/7), Rio Branco (27/7), Cuiabá (02/8), Brasília (04/8), Belo Horizonte (08/8), Rio de Janeiro (15/8) e São

Paulo (05/9). Outro exemplo dessa construção histórica acerca de D. Pedro I pode ser vislumbrada ainda nas páginas de *O Cruzeiro*; esta revista semanal, não satisfeita em considerá-lo a “*figura tutelar de nossa história*”¹³, afirmou na mesma edição: “*Após a entrega do esquite ao Brasil, um salão especial, preparado na Quinta da Boa Vista, guardou a relíquia*”¹⁴. De acordo com o dicionário Aurélio, o termo relíquia significa “*parte do corpo de um santo ou qualquer objeto que a ele pertenceu*”¹⁵; portanto, tal afirmação pode ser interpretada como a aproximação da figura do “herói” com um aspecto de santidade inquestionável.

O futebol também foi utilizado nas festividades do Sesquicentenário: ao longo de 28 dias, nos meses de junho e julho, realizou-se um certame internacional, tendo como objeto de disputa a Taça Independência; a competição reuniu cerca de 20 seleções¹⁶, entre as quais Argentina, Colômbia, França, Chile, Equador, Irlanda, Bolívia, Paraguai, Peru, Venezuela, Uruguai e Rússia, atraindo dezenas de profissionais da imprensa internacional. As partidas aconteceram nos principais estádios do país (Beira Rio, Mineirão, Fonte Nova, entre outros), e a grande final foi entre Brasil e Portugal, peleja disputada no Estádio do Maracanã; a seleção brasileira sagrou-se campeã, vencendo por 1 a 0, com gol marcado aos 44 minutos da etapa final, diante de um público de, aproximadamente, 100 mil pessoas (entre as quais, na Tribuna de Honra, o Presidente Médici) e cuja arrecadação ficou em torno de US\$420 mil (câmbio da época). O Brasil entrou na fase derradeira, disputando 3 partidas, além da final, derrotando Iugoslávia e Escócia (3X0 e 1X0, respectivamente), e empatando, sem gols, com a Tchecoslováquia.

O Torneio foi financiado pela União, e, de acordo com João Havelange em entrevista a *O Cruzeiro*, então presidente da Confederação Brasileira de Desporto (CBD, então o órgão dirigente máximo do futebol brasileiro), podia ser considerado um sucesso, visto que evidenciou, em nível internacional, o desenvolvimento do Brasil; além disso, contribuiu “*para o alargamento da campanha de integração nacional*”, e, ainda, explicitou para o mundo “*que nenhum povo possui tanta capacidade e bom gosto para construir grandes estádios*”¹⁷. No que se refere especificamente ao futebol, o dirigente citou a qualidade das arbitragens, a

emoção das partidas decisivas e o interesse suscitado pelas finais, transmitidas ao vivo e a cores para “*Portugal, Espanha, Inglaterra, Áustria, Itália, Leste europeu, Marrocos, Tunísia, Argélia, América do Sul, Central e até Estados Unidos*”¹⁸. Além deste torneio internacional, os campeonatos estaduais de futebol e o hipismo celebraram o Sesquicentenário.

Ao longo de 1972, diversos livros “clássicos” sobre História do Brasil foram reeditados; em geral, eles caracterizavam-se pelo destaque concedido aos acontecimentos políticos e aos líderes (“grandes homens”); tal historiografia pautava-se por uma “*história política de tipo tradicional*”¹⁹, caracterizando-se pelo excessivo factualismo. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) obteve significativo destaque, não só na nova publicação de obras antigas, mas, especialmente, na realização de curso sobre o Sesquicentenário da Independência do Brasil, tendo recebido chancela oficial, através do presidente da Comissão Executiva dos Festejos, general Antonio Jorge Correa. Ademais, o IHGB obteve apoio do Ministério da Educação e Cultura (MEC); não por coincidência, o general Médici presidiu a cerimônia de inauguração da nova sede do centenário IHGB (fundado em 1838), na cidade do Rio de Janeiro, em 05/09/1972.

Podemos inferir que a opção por priorizar o IHGB nos festejos, em detrimento das instituições universitárias, repousou na sólida reputação intelectual do Instituto, e do prestígio internacional desfrutado por sua biblioteca; mas, principalmente, pelo fato de ser contemporâneo do período imperial. Contudo, tal escolha implicava, de modo bastante explícito, na aceitação da Memória, em detrimento da História. Por construção da Memória entendemos “*a constituição gigantesca e vertiginosa de estoque de material, de tudo que nos é impossível lembrar; o repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de recordar.*”²⁰. Nesta centenária instituição, poder-se-iam reeditar obras comemorativas que não priorizavam a análise crítica do processo de independência. Com efeito, a construção do passado enquanto Memória por essa instituição teve por norma evitar questões recentes que pudessem suscitar polêmicas, evitando atritos, sempre que possível. Não por acaso, os discursos oficiais enfatizavam a ligação entre Brasil e Portugal; o pressuposto básico desta construção seria ressaltar as continuidades entre estes 2 países²¹.

O mês de setembro assinalou, obviamente, a culminância das festividades cívicas. Além da inauguração da nova sede do Instituto Histórico, foram depositados os restos mortais de D. Pedro I no Monumento do Ipiranga, em cerimônia de impacto superior ao repatriamento dos mesmos. Se, na Guanabara, 13 mil estudantes recepcionaram o féretro, que foi ainda saudado pela “esquadrilha da fumaça”; em São Paulo milhares de militares, policiais e estudantes, entre outros, marcharam em honra ao imperial defunto, saudados por uma significativa assistência; ademais, o desfile do Sete de Setembro exibiu o poderio bélico estatal, não somente para a população brasileira, mas para as principais autoridades da República, além de visitantes internacionais como Marcelo Caetano.

Ainda em setembro estreou o filme “Independência ou Morte”; dirigido por Carlos Coimbra e produzido por Oswaldo Massaini; foi estrelado por Tarcísio Meira (no papel de D. Pedro I) e Glória Menezes (interpretando a Marquesa de Santos), astros das telenovelas exibidas pela Rede Globo. O filme reuniu o maior elenco até então formado no país; além destes, compunham o elenco, entre outros, Tarcísio Meira Júnior (D. Pedro II), Dionízio Azevedo (José Bonifácio), Kate Hansen (Imperatriz Leopoldina), Manoel da Nóbrega (D. João VI), Heloísa Helena (D. Carlota Joaquina) e Emiliano Queiroz (Chalaça). Ademais, a película constituía-se na mais cara já realizada pela indústria nacional, e pretendia “*ter categoria internacional, sem desprezar a verdade histórica (...) foi rodado, tanto quanto possível, nos próprios locais dos acontecimentos*”²².

Todavia, a pretensão de retratar a “verdade histórica” não se revelou factível, entre outros fatores porque “*o ponto culminante da fita é o Grito do Ipiranga. Para a sua total fidelidade, foi reproduzido na tela – com imagens vivas e reais – o famoso quadro de Pedro Américo, que traduz toda a emoção épica do fato mais significativo da História do Brasil*”²³.

Ora, o quadro que inspirou os autores do longa metragem foi pintado por Pedro Américo na Europa, em 1888, por encomenda do Estado imperial; assim, além do pintor haver retratado o que não presenciou (a bem da verdade, mais de 60 anos após o fato em si, quando poucas testemunhas oculares ainda podiam ser encontradas), havia a preocupação de agradar o patrocinador da obra de arte – no caso, o filho do “personagem

principal”, qual seja, D. Pedro II. Acrescente-se, ainda, o relato de alguém insuspeito, no caso, o próprio Pedro Américo: “A realidade *inspira e não escraviza o pintor. Inspira-o naquilo que ela encerra digno de ser oferecido à contemplação pública, mas não o escraviza o quanto encobre, contrário aos desígnios da história*”²⁴. Por um lado, o autor reconhece a dificuldade em recriar a realidade “tal como ela aconteceu”, em especial quando as fontes não são confiáveis; por outro, o quadro não retratou o que de fato ocorreu, mas o que deveria ter ocorrido.

Por fim, o filme recebeu apoio do Estado brasileiro, através dos Ministérios do Exército e das Relações Exteriores (mas não da Educação); foi lançado em 04/09/1972 em 20 capitais brasileiras, e, na semana seguinte, em Portugal. Ao receber os dirigentes e artistas da produção, em audiência no Palácio do Planalto, o presidente Médici demonstrou o interesse do Estado na apresentação do tema Independência, principalmente centrado na figura de D. Pedro, o que possivelmente facilitou o financiamento do projeto²⁵.

¹ Mestre em Educação/UERJ; Doutorando em História/UFRJ; professor do Colégio Pedro II, da rede pública municipal/RJ e da Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO.).

² Almeida, Maria Hermínia Tavares de; Weiss, Luiz. “Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar”. In: Schwarcz, Lilia Moritz. *História da vida privada no Brasil, v. 4: Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 332, 1998.

³ Idem, ibidem, p. 390.

⁴ Idem, ibidem, p. 386.

⁵ Gaspari, Élio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁶ Tais informações foram obtidas a partir do dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, editado pelo CPDOC/FGV.

⁷ Janeiro: Zahar, 1985.

⁸ O Cruzeiro, 29 de março de 1972, p. 44.

⁹ O Cruzeiro, 26 de abril de 1972, p. 4

¹⁰ Idem, ibidem, p. 7

¹¹ Idem, 03 de maio de 1972, p. 18.

¹² Idem, 26 de abril de 1972, p. 1

¹³ Idem, 03 de maio de 1972.

¹⁴ Idem, ibidem.

¹⁵ Hollanda, Aurélio Buarque de. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 30ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 595.

¹⁶ Agostino, Gilberto. *Vencer ou morrer: futebol, geopolítica e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2002, p. 162.

¹⁷ O Cruzeiro, 26 de julho de 1972, p. 102

¹⁸ Idem, ibidem.

¹⁹ Falcon, Francisco J.C. “História e Poder”. In: Cardoso, Ciro Flamarion; Vainfas, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 82.

²⁰ Nora, t. I, p. XXVI, apud: Guimarães, Lúcia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção de sua majestade”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: IHGB, a. 156, n. 388, p. 516, jul./set. 1995.

²¹ Guimarães, Lúcia Maria Paschoal, op. cit.

²² O Cruzeiro, 06 de setembro de 1972, p. 64.

²³ Idem, ibidem, p. 67.

²⁴ Américo, Apud: Oliveira, Cecília Helena de Salles; Mattos, Cláudia Valladão de (orgs.). *O Brado do Ipiranga*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 1999, p. 19

²⁵ A Tribuna de Santos, 01 de setembro de 1972.